

POPULAR GESTÃO  
DE ACTIVOS, S.A. |

**Popular**

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

1º Semestre de 2017

do

**Popular Objectivo Rendimento 2021**  
**Fundo de Investimento Alternativo Aberto de**  
**Obrigações**

25 de Agosto de 2017

## Relatório de Gestão

### Enquadramento Macro-económico

O mês de Janeiro foi marcado pela tomada de posse do novo Presidente dos EUA, pela reunião do Banco Central Europeu (BCE) e pelos dados macroeconómicos. Na Europa foi conhecido o valor final de 2016 da inflação da Zona Euro que foi de 1,1%, o valor mais alto desde 2013. Na reunião do BCE, Mário Draghi afirmou que não vê sinais convincentes duma recuperação sustentada da inflação, tendo esta tido como base os preços energéticos. Ainda assim, disse que os riscos de deflação desapareceram largamente. A instituição está pronta para rever o QE caso seja necessário, mas não foi discutida a implementação duma nova redução do programa de QE. A Primeira-Ministra britânica afirmou que pretende sair plenamente da União Europeia, o que inclui a saída do Mercado Único e da União Aduaneira, mas pretende negociar uma parceria estratégica com os membros da UE que garanta o maior acesso possível ao Mercado Único. Quanto ao controlo da imigração, esta será levada a cabo pelo Reino Unido. Em Portugal o destaque foi para o BCP que anunciou um novo aumento de capital, em que por cada acção antiga os accionistas subscreviam 15 novas ações a € 0,094 cada uma. Os objectivos desta operação foram a devolução total dos CoCos e o fortalecimento do rácio CET1. O montante total foi de € 1,33 mil milhões e houve tomada firme por parte da Fosun e do sindicato bancário liderado pelo JPMorgan e pela Goldman Sachs. Já no BPI decorreu a OPA do CaixaBank. O banco espanhol ofereceu € 1,134 por ação para adquirir a totalidade do capital do BPI, esta oferta terminou às 15h30m do dia 7 de Fevereiro de 2017. Nos EUA tivemos a tomada de posse de Donald Trump, que voltou a focar que a sua política económica passará por fazer crescer a economia interna nos EUA. Neste mês o Dow Jones ultrapassou pela primeira vez na sua história os 20.000 pontos. Foi conhecido o valor preliminar do PIB, que apontava para uma expansão de apenas 1,9% nos últimos três meses do ano passado vs os 2,2% estimados, face ao 3º trimestre, desacelerando em comparação com o crescimento sequencial de 3,5% entre Junho e Setembro.

O mês de Fevereiro foi marcado pela divulgação das minutas, quer do BCE, quer da FED, e foram conhecidos dados macroeconómicos da China. Na Europa o UniCredit informou que não iria cumprir com as exigências do BCE, o banco justifica-se com o aumento das provisões em € 12,2 mil milhões no 4º trimestre para cumprir com o crédito problemático, numa altura em que a instituição prepara um aumento de capital no valor de €13 mil milhões. O Deutsche Bank foi multado pela Autoridade de Conduta Financeira britânica (FCA), em £ 163 milhões, e também pelo Departamento de Serviços Financeiros de Nova Iorque, em \$425 milhões por falhas de compliance que levaram o banco a ajudar russos ricos a moverem cerca de \$10 mil milhões para fora do país. A China continua a ter um bom início de ano, pois tanto a atividade transformadora como a terciária mostraram um ritmo acima do esperado. As Importações Chinesas aumentaram 16,7% em Janeiro em termos homólogos, quando se estimava apenas 10%, ótima notícia para o mercado europeu que tem na China um dos principais destinos de exportação. Foi emitido um relatório da Agência Internacional de Energia (AIE) que indica que os países pertencentes à OPEP já tinham cumprido com 90% do acordo para o corte de produção de Janeiro. As minutas do BCE da última reunião davam conta de que a instituição liderada por Draghi poderia flexibilizar as regras para a compra de obrigações no âmbito do QE, o que naturalmente seria uma boa notícia para as obrigações dos países periféricos, onde se inclui Portugal. Em Portugal o destaque foi o sector bancário, no qual o BCP finalizou com sucesso o aumento de capital e anunciou o reembolso integral de CoCo's ao Estado português, no valor de € 700 milhões. Já o BPI viu o CaixaBank ficar com 84,5% do seu capital, valor resultante da OPA. Com a conclusão do processo, o BPI saiu do PSI20 no dia 10 de Fevereiro e deixou o índice nacional com 17 cotadas até à revisão de

20 de Março. A valorização que ocorreu neste mês na Pharol foi justificado devido a notas que davam conta de avanços no processo de recuperação da Oi e com o interesse da empresa de private equity Cerberus Capital Management. Os dados preliminares do INE, sobre a economia portuguesa, indicaram uma expansão sequencial do PIB em 0,6% no 4º trimestre (vs. +0,3% esperados). Em termos homólogos, o crescimento foi de 1,9%, resultante do aumento da procura interna, com sinais de recuperação do investimento e um crescimento mais intenso do consumo privado. Nos EUA as minutas da FED revelaram a intenção duma subida gradual dos juros, caso os próximos dados sobre o mercado laboral e de inflação se mantivessem ou superassem o caminho traçado pela FED, ou se se intensificassem os riscos de superação das metas para a inflação e pleno emprego definidas pelo Comité da FED.

O mês de Março foi marcado pelas eleições na Holanda, as notas do BCE, pelas dúvidas sobre o futuro do Obamacare, pelos dados macroeconómicas nos EUA e pelo início oficial do "Brexit". Na Europa tivemos as eleições na Holanda que deram a vitória a Mark Rutte, o primeiro-ministro em funções. A extrema-direita subiu nas intenções de voto, com 20 deputados, no entanto ficou aquém do esperado. Houve um debate televisivo sobre as eleições francesas, de onde Macron saiu como vencedor, afastando um pouco o receio sobre uma possível vitória da extrema-direita. O sector das viagens e lazer foi afectado este mês pelo atentado ocorrido em Londres junto ao Parlamento. O BCE veio a público dizer que o mercado interpretou mal as palavras da reunião de Março, ao acreditar que a instituição liderada por Draghi estivesse a pensar num aumento dos juros, o que levou à desvalorização do euro face ao dólar, bem como do sector financeiro. Foi iniciado o aumento de capital do Deutsche Bank, num montante que pode ascender até aos €8 mil milhões, através da emissão de 687,5 milhões de novas acções, com o objectivo de fortalecer o rácio de capital, que tem como meta um rácio common equity Tier 1 acima dos 13% em 2018. A PSA comprou a unidade da Opel à GM por €2,2 mil milhões, criando assim a segunda maior fabricante de automóveis na Europa. A segunda maior seguradora da Escócia, a Standard Life, acordou a compra da Aberdeen Asset Management por cerca de £ 3,8 mil milhões pagos em acções, com a Standard Life a deter 66,7% da empresa que irá resultar da combinação dos negócios. No final do mês foi acionado o artigo 50, do Tratado de Lisboa, por parte do Reino Unido para a saída da União Europeia. Em Portugal tivemos a entrada, no dia 20 de Março, da Ibersol e da Novabase no PSI20. A Pharol viu a Oi propor um novo plano de reestruturação onde prevê que os credores fiquem com 25% do capital social da empresa, ficando ainda com 3,9 mil milhões de reais de obrigações convertíveis em acções dentro de 3 anos, às quais corresponde 17% do capital, o plano tem que ser ainda aprovado pelos tribunais. A EDP acordou a venda da Naturgas por € 2.591 mil milhões e lançou uma OPA à EDP Renováveis pelos remanescentes 22,5% do capital social e direitos de voto da EDP Renováveis que não detém, oferecendo € 6,80 por cada título. Nos EUA a FED, como era esperado, subiu a sua taxa de referência em 0,25% e anunciou que não há planificação para as próximas subidas de taxas, como consequência o dólar desvalorizou face ao euro. Foi conhecido o valor final do PIB, que revelou um crescimento à taxa anualizada de 2,1%, no 4º trimestre de 2016, acima dos 2% esperados e dos 1,9% apontados pela anterior estimativa. O consumo pessoal foi mais forte do que o antecipado, suportando assim a expansão económica. No seu 1º discurso no Capitólio, Donald Trump pediu a aprovação dum programa de \$1.000 biliões para infraestruturas. Neste mês houve a perspectiva do fim do Obamacare, a votação estava planeada para o dia 23 de Março. No entanto, o novo programa não foi levado a votação por falta de consenso do lado Republicano. Sendo assim, esta foi a primeira grande derrota da política do novo presidente dos EUA, pois o fim daquele programa era uma das suas principais ideias eleitorais. A Apple lançou nos EUA um novo iPhone 7 de cor vermelha e um iPad de 9,7 polegadas. A empresa tenta reavivar o crescimento da venda de iPads que tem

abrandado nos últimos trimestres, ao passo que a introdução do modelo iPhone 7 (4º Trimestre de 2016) e do iPhone SE (3º Trimestre de 2016) acabaram por impulsionar as receitas. A Dow Chemical e a DuPont viram a União Europeia aprovar a fusão entre as duas empresas.

O mês de Abril ficou marcado, na Europa, pelos resultados da 1ª volta das eleições presidenciais em França que deram a vitória a Macron, indo este disputar a 2ª volta com Marine Le Pen. A boa resposta dos mercados, principalmente do sector financeiro, deveu-se essencialmente a que para a segunda ronda as sondagens apontavam para que Macron derrotasse a candidata de extrema-direita por mais de 20 pontos percentuais, não havendo assim aparentemente dúvidas sobre quem iria ser o vencedor. Quanto à reunião do BCE, de Abril, ficou tudo na mesma em termos de política monetária, o presidente Mario Draghi afastou os cenários de subida de taxas num futuro próximo. Na China a Balança Comercial registou um excedente de \$23,93 mil milhões, quase o dobro do previsto (\$12,5 mil milhões), com as exportações e as importações a terem valores acima do esperado, o que era um bom dado para as empresas exportadoras europeias. Em Portugal, o destaque foi para a Mota-Engil (23,23%) e para a Pharol (-37,23%). A construtora viu a americana Mutima Capital Management comprar uma posição qualificada de 2,09%. Enquanto a empresa de telecomunicações viu um tribunal holandês deferir os processos interpostos por alguns credores da Oi em Fevereiro, determinando assim a falência dos veículos da operadora naquele território. O Banco de Portugal anunciou o fecho dum acordo com a Lone Star sobre o Novo Banco. A empresa americana fica com 75% do banco e compromete-se a injetar € 1.000 milhões (€ 750 milhões inicialmente e o restante em 3 anos). Contudo a operação ainda está dependente da conversão de títulos de dívida, capaz de gerar ao banco € 500 milhões de fundos próprios elegíveis para o cômputo do rácio CET 1. O Fundo de Resolução fica a gerir alguns ativos problemáticos e pode ser chamado a realizar injeções de capital (no máximo até € 3,89 mil milhões). A EDP chegou a acordo com a REN para a venda da EDP Gás, unidade de distribuição de gás no noroeste do país. O preço acordado correspondeu a um EV (Enterprise value) de € 532 milhões. A REN vai financiar a operação através de um aumento de capital de € 250 milhões, bem como através do recurso a linhas de crédito. Nos EUA tivemos o aumento da tensão geopolítica com a Coreia do Norte, face aos recentes testes balísticos daquele país asiático, tendo ocorrido antes com a Rússia devido aos EUA terem bombardeado uma base aérea na Síria. As atas da última reunião da FED, revelaram a intenção da Reserva Federal em diminuir os ativos em balanço, isto porque o Banco Central admite que há maior probabilidade das perspetivas económicas serem revistas em alta do que em baixa. Foi conhecida a 1ª estimativa do PIB, para o 1º trimestre de 2017, que ficou aquém do previsto 0,7% vs 1%, afastando a ideia de subidas repentinas da taxa de juro por parte da FED.

No mês de Maio o destaque, na Europa, vai para a 2ª volta das eleições em França, onde, tal como referido, as sondagens apontavam para que Macron derrotasse a candidata da extrema-direita por mais de 20 pontos percentuais, não havendo assim aparentemente dúvidas sobre quem iria ser o vencedor, algo que se veio a confirmar. Em termos macroeconómicos foi conhecido o PIB da Zona Euro, que segundo os dados preliminares do Eurostat, indicava uma expansão de 0,5% face ao trimestre anterior, o mesmo ritmo verificado no último trimestre de 2016 e em linha com o esperado pelo mercado. Já a atividade na Zona Euro acelerou mais do que o previsto em Abril (56,8 vs. 56,7 esperados), mantendo o ritmo de aceleração iniciado em Setembro passado. O Petróleo esteve bastante volátil neste mês face à possibilidade dos cortes de produção da OPEP e Rússia continuarem para além do final de 2017. Esta hipótese foi sustentada por notícias que davam como certo que tanto a Rússia, como a Arábia Saudita, estavam a favor da extensão do acordo de corte de produção. Algo que foi confirmado na reunião da OPEP de 25 Maio, no entanto, como o mercado esperava mais medidas, o preço da

matéria prima caiu. A União Europeia abriu um processo contra a Itália perante a falta de políticas no âmbito da manipulação de emissão de gases. O organismo acusou o governo italiano de falta de cooperação na investigação sobre uma eventual manipulação pelo grupo Fiat Chrysler. Em Portugal a Sonae adquiriu a BRIO, empresa de produtos biológicos, que está actualmente em seis supermercados localizados na área de Lisboa e a Sonae pretende abrir, pelo menos, mais 5 supermercados biológicos em 2017. Nos EUA foram as questões políticas que dominaram as atenções, desde a tensão política entre os EUA e a Coreia do Norte, passando pelas notícias que davam a entender que o Presidente Donald Trump teve influência direta na investigação do FBI e do Departamento de Justiça sobre as relações entre a Rússia e Michael Flynn, bem como o despedimento do responsável pelo FBI efectuado pelo Presidente Trump. Este conjunto de acontecimentos levantaram muitas dúvidas sobre a "inocência" de Trump e sobre o tipo de ligação que detém com a Rússia, o que fez aumentar assim a incerteza sobre este tema e sabendo-se de antemão que a resolução deste tema político vai com certeza atrasar o plano económico e fiscal do Presidente. Trump entretanto veio negar que tenha pedido para arquivar a investigação a Flynn. Foi conhecida a 2ª estimativa do PIB para o 1º trimestre de 2017, que ficou acima do previsto, 1,2% vs 0,9% estimados.

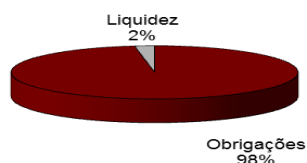
O mês de Junho ficou marcado pela desvalorização do Petróleo, pela interpretação dada aos comentários do Presidente do BCE em Sintra, pelo selloff das tecnológicas nos EUA e pelas resoluções aplicadas no sector bancário em Espanha e em Itália. Na Europa houve a reunião do BCE e, como era esperado, a política monetária ficou inalterada. Posteriormente as declarações de Mario Draghi, em Sintra, onde afirmou que os factores que estão a pesar na inflação são "temporários", levou muitos investidores a anteciparem que o BCE se está a preparar para começar a reduzir os estímulos. Isto apesar de Draghi ter reforçado, por várias vezes, que os estímulos monetários "ainda são necessários". Com isto o euro dólar fez máximos de Junho de 2016 (acima de 1,14). Em consequência do resultado das eleições no Reino Unido, Theresa May perdeu a maioria absoluta que tinha na Câmara dos Comuns e viu-se assim obrigada a coligar-se com o DUP, o que se pode traduzir num processo do Brexit mais Soft. A Líbia assinou um acordo com a Wintershall que irá permitir retomar a produção em pelo menos dois campos petrolíferos. Esta decisão levou o preço do petróleo a corrigir, fazendo mínimos de 10 meses (\$43). O Santander comprou o Banco Popular por € 1, esta compra foi feita no âmbito da medida de resolução imposta pelo BCE, que indicou que o Banco Popular estaria às portas da insolvência. O Banco Santander vai avançar com um aumento de capital de € 7 mil milhões. A Intesa Sanpaolo ficou com os ativos bons da Banca Popolare di Vicenza e do Veneto Banca por um valor simbólico. A Bankia aceitou adquirir o Banco Mare Nostrum, a fusão avalia o BMN em € 825 milhões e o Estado espanhol detém 65% dos dois bancos. Em Portugal o destaque vai para a saída do país do procedimento por Défices Excessivos, numa altura em que a Agência de rating Fitch manteve a notação em BB+, mas melhorou o outlook para positivo. A EDP vendeu a totalidade da sua posição na REN, através de uma colocação acelerada, a € 2,74 por ação, angariando assim € 51,2 milhões. A Altice confirmou que existem conversações com a Prisa para a venda da Media Capital, a imprensa nacional indicou que o valor da transação poderá andar entre os € 300 milhões e os € 500 milhões. O BCP negou de forma oficial qualquer intenção de investir no Montepio. Nos EUA a FED cumpriu com o seu guião e anunciou uma subida de 25 pontos base, na sua taxa de referência dos fundos, para o intervalo entre 1% e 1,25%. A última estimativa para o PIB do 1º trimestre ficou acima do esperado +1,4% vs. 1,2%. Houve um selloff no Nasdaq 100, que foi iniciado quando um responsável de investimento da Goldman Sachs, advertiu para o facto da baixa volatilidade que poderia "cegar" os investidores perante riscos como os movimentos cíclicos e a regulação, este movimento teve impacto um pouco por todo o mundo, sobretudo no sector tecnológico. A votação para a substituição do Obamacare foi

mais uma vez adiada, para depois do feriado de 4 de Julho, depois dos senadores republicanos não terem chegado a um consenso. Esta situação fez aumentar as dúvidas sobre a capacidade do governo norte-americano em implementar as suas medidas orçamentais e fiscais. Os principais bancos a operar nos EUA passaram sem problemas nos testes de stress da Fed.

## Actividade do Fundo

O Fundo iniciou a sua actividade em 13 de Junho de 2014, como um Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Obrigações. De acordo com o respectivo Prospecto Completo, o Fundo visa proporcionar aos investidores o acesso a uma carteira de investimento, cujo património será aplicado, no mínimo 80%, em obrigações emitidas por estados soberanos ou entidades supranacionais, obrigações hipotecárias, obrigações sobre o sector público e obrigações emitidas por uma instituição financeira sediada num estado membro da União Europeia, ao abrigo do Decreto-Lei nº59/2006, de 20 de Março. O Fundo visa ainda proporcionar aos seus participantes o recebimento anual de um capital. Assim, será permitido aos participantes o resgate isento de comissão, de uma percentagem do número de UP's detidas à data do pedido de resgate nos períodos de 15 de Junho a 19 de Julho de 2015, de 15 de Junho a 21 de Junho de 2016, de 15 de Junho a 21 de Junho de 2017 de 15 de Junho a 21 de Junho de 2018, de 17 de Junho a 21 de Junho de 2019 e de 15 de Junho a 19 de Junho de 2020. Fora das referidas datas também é possível resgatar, mas com cobrança de uma comissão de resgate variável, que nos quatro primeiros anos é de 4,00%, no quinto e sexto ano é de 3,00% e no sétimo ano é de 2,50%.

Em 30 de Junho de 2017, todo o património do Fundo encontrava-se já investido de acordo com o que foi referido acima para a sua aplicação e a composição do Fundo apresentava-se repartida pelas seguintes classes de activos:



## Volume sob Gestão, Nº Up's em circulação e valor da UP

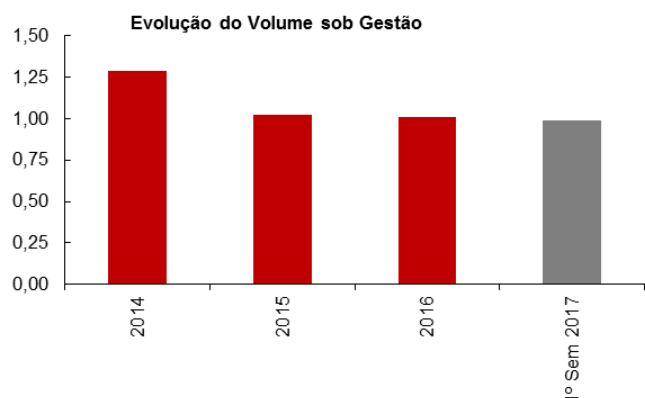
O património do Fundo, a 30 de Junho de 2017 era de 0,99 milhões de euros. O número de participantes era de 82.

O quadro seguinte apresenta o volume sob gestão, o número de unidades de participação e o respectivo valor unitário, verificado no final do ano da constituição do Fundo.

Final	Volume sob Gestão €	Nº. Ups	Valor UP €
<b>1º Sem 2017</b>	990.644	118.687,53	8,3467
<b>2016</b>	1.011.843	124.148,00	8,1503
<b>2015</b>	1.023.440	128.191	7,9837
<b>2014</b>	1.290.850	133.295,00	9,6842

O valor unitário final da unidade de participação a 30 de Junho de 2017 foi de 8,3467 euros.

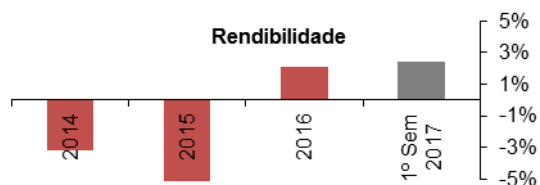
Nos gráficos seguintes poderá ser observada a evolução do valor da UP e a evolução do Volume sob Gestão:



### Rendibilidade<sup>1</sup> e Risco

A evolução da rendibilidade e risco do Fundo, por ano civil completo desde a sua criação, foi a que a seguir se indica. O valor da UP utilizado para o cálculo das rendibilidades corresponde ao valor divulgado no último dia útil dos períodos mencionados.

Ano	Rendibilidade	Risco
1º Sem 2017	2,41%	4
2016	2,08%	4
2015	-17,56%	4
2014	-3,16%	4



As rendibilidades apresentadas correspondem à rendibilidade anualizada do Fundo em cada período, e são líquidas de comissão de subscrição e resgate, uma vez que não existem. Toda a informação relativa ao Fundo encontra-se nos respectivos prospectos, os quais se encontram disponíveis em todos os locais de comercialização do Fundo (balcões e site do Banco Popular) e no site da CMVM.

### Factos relevantes ocorridos durante o período

Durante o primeiro semestre de 2017 ocorreu seguinte erro de valorização:

Entre os dias 17 e 26 de Janeiro de 2017. Houve um erro que originou a correção do valor da Unidade de Participação. Neste caso não houve ressarcimento dos participantes.

### Factos relevantes ocorridos após o período

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

<sup>1</sup> As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo) .



### **Evolução previsível da actividade do Fundo**

O nosso cenário económico na segunda metade do ano é um de fortalecimento do crescimento económico na maior parte dos países desenvolvidos, com exceção do Reino Unido que deverá começar a sentir um abrandamento devido ao menor investimento das empresas na sequência do “Brexit”, e de estabilização ou mesmo de recuperação do crescimento nas economias emergentes, estando esta última dependente de que a recente correção no preço nas commodities não se agrave muito e de que haja uma certa estabilização ou mesmo recuperação nos preços. Na Europa, um dos acontecimentos que poderá trazer maior instabilidade serão as eleições legislativas marcadas para o dia 24 de Setembro na Alemanha, tendo como principais oponentes a atual chanceler alemã, Angela Merkel, da União Cristã Democrata (CDU) e o antigo presidente do parlamento europeu, Martin Schulz, do Partido Social-democrata (SPD), sendo expectável que Merkel acabe por vencer as eleições. Adicionalmente, face à perda da maioria no parlamento britânico por parte de Theresa May, acreditamos que o cenário de “Hard Brexit” se encontra agora mais afastado. Nos Estados Unidos, o evento que poderá afectar mais a economia norte-americana será a capacidade ou não de concretização das promessas eleitorais por parte do presidente Donald Trump, sobretudo os cortes de impostos para as empresas e para os particulares e a criação dum programa de investimento em novas infraestruturas.

Em termos de política monetária, acreditamos que o BCE opte por manter as taxas de juro de referência nos valores atuais, pois não acreditamos que, no curto prazo, haja um aumento destas taxas. Dependendo da evolução da economia da Zona Euro, mais especificamente do comportamento da inflação, perspectivamos que se poderá assistir a uma nova diminuição do montante de compra de ativos mensal. Relativamente à FED perspectivamos a continuação da subida gradual das taxas de juros, face à boa respostas que a economia tem dado, e embora perspectivemos apenas mais um aumento da taxa de referência da FED em 2017, achamos que os mercados poderão vir a ser surpreendidos pelo número de subidas da taxa de referência da FED em 2018, o qual deverá ser superior aquele que os mercados esperam neste momento.

Considerando a evolução do fundo e a sua reduzida dimensão, a Sociedade Gestora poderá proceder à sua liquidação antes do prazo previsto nos seus documentos constitutivos, facto que foi comunicado à CMVM.

Com efeito, a Sociedade Gestora considera que as circunstâncias actuais não são favoráveis à sua liquidação, devido a uma série de ocorrências, com destaque para:

1. Em Junho de 2016, a Oi anunciou a sua insolvência, tendo promovido um plano de reestruturação que está em curso, e que resultará num valor de recuperação parcial das obrigações que o fundo tem em carteira, do qual também aguardamos desfecho.



**Custos e Proveitos do Fundo**

No quadro seguinte estão indicados os custos e proveitos do Fundo, bem como as principais rubricas de comissões, com referência a 30 de Junho de 2017.

	Euros			
	2014	2015	2016	1º Sem 2017
<b>Custos</b>	134.463	465.393	241.471	364.818
<b>Proveitos</b>	93.173	248.748	261.549	388.572
<b>Comissão suportada pela OIC</b>				
<b>Comissão de Gestão</b>	3.783	6.710	5.520	2.745
<b>Comissão de Depósito</b>	688	1.220	1.004	499
<b>Comissão Carteira Títulos</b>	-	-	-	0
<b>Taxa de Supervisão</b>	1.400	2.400	2.400	1.200

O Fundo suporta todas as despesas relativas à compra, venda e outras operações de activos por conta do Fundo, encargos legais e fiscais, bem como a taxa de supervisão e os relativos aos honorários do Auditor do Fundo que sejam devidos por força da legislação em vigor, conforme definido no prospecto do Fundo.

**No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património em 30 de Junho de 2017:**

	Montante (euros)
<b>Valores Mobiliários</b>	952.587
<b>Saldos Bancários</b>	24.505
<b>Outros Activos</b>	15.838
<b>Total Activos</b>	992.930
<b>Passivo</b>	2.286
<b>Valor líquido do Inventário</b>	990.644

**No quadro seguinte apresenta-se a demonstração dos activos por % do Activo em 30 de Junho de 2017:**

Nome	ISIN	Montante	% Act líquido
OT 3.85% 04/15/21	PTOTEYOE0007	313.605,60	32,92%
PORTEL 5.875 17/4/18	XS0843939918	33.690,00	3,54%
FIAT 6,75 14/10/19	XS0953215349	168.567,00	17,70%
ASTIM 7.125 011220	XS1000393899	129.138,75	13,56%
TEREOS 4.25 04032020	FR0011439900	104.909,00	11,01%
BTPS 3 3/4 05/01/21	IT0004966401	112.352,00	11,79%
COPASA 7 12/19/20	ES0276156009	90.324,00	9,48%

**Composição discriminada da carteira do Fundo:**

A composição discriminada da carteira encontra-se na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras.

Lisboa, 25 de Agosto de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstrações financeiras

## BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2017

CÓDIGO	ACTIVO	30.06.2017				30.06.2016	CÓDIGO	PASSIVO	30.06.2017	30.06.2016
		ACTIVO BRUTO	MAIS-VALIAS	MENOS-VALIAS E PROVISÕES	ACTIVO LIQUIDO					
21	<b>CARTEIRA DE TÍTULOS</b>	1 029 578	23 597	100 588	952 587	888 409		1 186 875	1 248 388	
26	Obrigações	-	-	-	-	-		17 865	6 821	
	Out. Instrumentos Dívida	1 029 578	23 597	100 588	952 587	888 409		- 237 850	- 257 928	
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS							-	-	
418	<b>TERCEIROS</b>							23 754	- 29 139	
	Contas de Devedores	-	-	-	-	-		990 644	968 142	
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0	0	0	0	0		0	0	
12	<b>DISPONIBILIDADES</b>									
	Depósitos à Ordem	24 505	-	-	24 505	62 558		-	-	
13	Depósitos a Prazo e com Pré-Aviso	-	-	-	-	-		931	720	
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	24 505	0	0	24 505	62 558		125	4 799	
51	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>							1 056	5 519	
	Acréscimos de Proveitos	15 838	-	-	15 838	23 920		1 230	1 226	
52	Despesas com Custo Diferido	-	-	-	-	-		-	-	
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	-	-	-	-	-		-	-	
59	Contas Transitórias Activas	-	-	-	-	-		-	-	
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS	15 838	0	0	15 838	23 920		1 230	1 226	
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>1 069 921</b>	<b>23 597</b>	<b>100 588</b>	<b>992 930</b>	<b>974 887</b>		<b>992 930</b>	<b>974 887</b>	
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				118 688	124 839		8,3467	7,7551	

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

		(em euros)					
CÓDIGO	CUSTOS E PERDAS	30.06.2017	30.06.2016	CÓDIGO	PROVEITOS E GANHOS	30.06.2017	30.06.2016
712	<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>				<b>PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>		
711	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS		
	Da Carteira de Títulos	3 019	4 844	811	De Operações Correntes	-	-
	Outros, de Operações Correntes	-	-	812	Da Carteira de Títulos	26 047	32 763
722	COMISSÕES E TAXAS						
724+...+728	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	-	-	822	RENDIMENTO DE TÍTULOS		
	Outras, de Operações Correntes	4 444	4 453		Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
73	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	355 822	185 855	83	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	356 088	133 602
7411+7412	IMPOSTOS						
7412+7422	Imposto Sobre o Rendimento	-	-		REPOS. E ANULAÇÃO PROVISÕES		
	Imposto Indirectos	251	250	851	De Provisões p/ Encargos	-	-
751	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
77	Provisões para Encargos	-	-		OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	1 762	1 124
	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	1 282	1 226	86	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	383 897	167 489
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	364 818	196 628				
	<b>CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS</b>				<b>PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS</b>		
	Outros Custos e Perdas Eventuais	-	-		Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	4 675	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS	0	0		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS	4 675	0
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>23 754</b>	<b>0</b>		<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>0</b>	<b>29 139</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>388 572</b>	<b>196 628</b>		<b>TOTAL</b>	<b>388 572</b>	<b>196 628</b>
	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	23 294	- 24 334		Resultados Eventuais	4 675	-
	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	-	-		Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	24 005	- 28 889
	Resultados Correntes	19 079	- 29 139		Resultado Líquido do Período	23 754	- 29 139

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****DO PERÍODO FINDO em 30 de JUNHO DE 2017**

(em euros)

<b>DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS</b>	<b>30-06-2017</b>	<b>30-06-2016</b>
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>		
<i>PAGAMENTOS:</i>	<b>- 44 953</b>	<b>- 26 159</b>
Resgates de unidades de participação	- 44 953	- 26 159
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do OIC</b>	<b>- 44 953</b>	<b>- 26 159</b>
<b>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS</b>		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	<b>166 370</b>	<b>75 698</b>
Venda de títulos e outros activos	138 556	44 585
Resgates de unidades de participação	1 762	1 046
Juros e proveitos similares recebidos	26 052	30 067
<i>PAGAMENTOS:</i>	<b>- 101 210</b>	<b>- 161 309</b>
Compra de títulos e outros activos	- 97 191	- 155 265
Juros e custos similares pagos	- 3 019	- 4 844
Outras taxas e comissões	- 1 000	- 1 200
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos</b>	<b>65 160</b>	<b>- 85 611</b>
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>		
<i>PAGAMENTOS:</i>	<b>- 3 574</b>	<b>- 4 483</b>
Comissão de gestão	- 2 767	- 2 793
Comissão de depósito	- 503	- 508
Impostos e taxas	- 252	- 260
Outros pagamentos correntes	- 52	- 922
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>	<b>- 3 574</b>	<b>- 4 483</b>
<b>Saldo dos fluxos de caixa do período (A)</b>	<b>16 633</b>	<b>- 116 253</b>
<b>Disponibilidades no início do período (B)</b>	<b>7 872</b>	<b>178 811</b>
<b>Disponibilidades no fim do período (C)=(B)+/(A)</b>	<b>24 505</b>	<b>62 558</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017**

(Valores expressos em euros)

### **INTRODUÇÃO**

A constituição do Fundo de Investimento Mobiliário Popular Objectivo Rendimento 2021 – Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Obrigações, foi autorizada pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) em 18 de Setembro de 2013 por tempo determinado e iniciou a sua actividade em 13 de Junho de 2014. O Fundo constitui-se como Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Obrigações, de duração limitada de 7 anos e 1 mês, ocorrendo a sua dissolução e liquidação em 15 de Junho de 2021.

O Fundo tem como objectivo permitir aos seus participantes acederem ao mercado obrigacionista com montantes relativamente baixos, possibilitando a obtenção de uma remuneração superior às taxas de juro praticadas no mercado monetário, proporcionando aos seus participantes a recepção de um capital anual.

Este Fundo é adequado a investidores que pretendam colocar o seu dinheiro num prazo nunca inferior a 7 anos.

O Fundo é administrado pela POPULAR GESTÃO ACTIVOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede na Rua Ramalho Ortigão, 51, em Lisboa, sendo as funções de banco depositário exercida pelo Banco Popular Portugal, S.A..

A Entidade Gestora é uma sociedade anónima, cujo capital social, inteiramente realizado, é de 675.000 euros.

A actividade do Fundo encontra-se regulamentada pela Lei nº 16/2015 de 24 de Fevereiro, o regime geral dos organismos de investimento colectivo.

Em relação à sua política de investimento, o Fundo Popular Objectivo Rendimento 2021 não investe directa ou indirectamente em acções, poderá investir em obrigações, constituir depósitos bancários e investir noutros instrumentos financeiros de curto prazo, embora com um limite máximo de 35% do valor líquido global do fundo.

O Fundo visa proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de investimento, cujo património será aplicado no mínimo 80% em obrigações emitidas por estados independentes. Os participantes obterão no vencimento o capital correspondente ao valor inicial da unidade de participação para efeitos de constituição do fundo, adicionado ou subtraído de eventuais ganhos ou perdas de capital e rendimentos obtidos pelo fundo.

Em relação á distribuição de rendimentos, trata-se de um fundo de capitalização não procedendo a qualquer distribuição.

## **BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, processados de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários através do regulamento nº06/2013.

O regulamento nº 1/2013 veio introduzir o reconhecimento do montante de imposto diferido passivo incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias potenciais geradas a partir de 1 de Abril de 2013 pela carteira de títulos.

Até à data de introdução desta alteração, apenas era registado o montante de imposto apurado incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias efectivas, quando não isentas de imposto (ver nota g)). Com as alterações ao regime fiscal dos organismos de investimento colectivo previsto no Decreto-Lei nº 7/2015, o impacto fiscal sobre o saldo positivo das mais e menos-valias apurado até 31 de Março de 2013 foi considerado no âmbito do apuramento do imposto a efectuar, com referência a 30 de Junho de 2015.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### **a) Especialização de exercícios**

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

### **b) Aplicações em títulos**

Os títulos são registados pelo respectivo valor de aquisição sendo valorizados, de acordo com as regras estabelecidas no prospecto completo do Fundo, que têm por base o disposto no Regulamento nº 15/2003 da CMVM, conforme segue:

- Títulos cotados

Para efeitos de determinação dos preços aplicáveis aos valores mobiliários cotados, admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado, será utilizada a cotação de fecho divulgada pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram admitidos à negociação, com excepção dos mercados estrangeiros cujo fecho ocorra após as 17 horas, caso em que a cotação utilizada será a disponível até àquela hora.

- Títulos não cotados

Para efeitos de determinação dos preços aplicáveis aos valores mobiliários não cotados, no caso de obrigações, adoptar-se-ão os seguintes critérios:



- i) Tratando-se de obrigações admitidas à negociação numa bolsa de valores mas que não tenham sido negociadas em bolsa nos últimos quinze dias, ou que estejam em processo de admissão à cotação, utilizar-se-á, para cada um desses valores, o preço de oferta de compra oferecido por “market-makers”, difundido regularmente por meios de informação especializados (nomeadamente Reuters, Bloomberg ou equivalente), desde que o seu volume e preços de tais ofertas sejam representativos e tenham em conta o seu presumível valor de realização;
- ii) Tratando-se dos mesmos valores atrás mencionados e existindo obrigações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, utilizar-se-á a valorização destes activos como preço aplicável àqueles valores, desde que as emissões sejam fungíveis entre si e assegurem a mesma liquidez;
- iii) Tratando-se de obrigações não cotadas, utilizar-se-ão os preços de oferta de compra, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda atrás mencionados, difundidos por aqueles meios de informação especializados anteriormente referidos, desde que o volume e preços de tais ofertas sejam representativas e tenham em conta o seu presumível valor de realização.

As mais e menos-valias assim apuradas são registadas nas rubricas de mais e menos-valias no activo a crescer e a deduzir, respectivamente, ao valor bruto da carteira de títulos por contrapartida de resultados.

Os juros decorridos dos títulos em carteira são registados na rubrica de Acréscimos de proveitos do activo por contrapartida de resultados.

Os valores relativos a operações de compra e venda de títulos realizadas, mas cuja liquidação ainda não ocorreu à data do balanço, encontram-se registados nas rubricas de Contas de devedores, do Activo, e Outras contas de credores, do Passivo.

Na venda de títulos, o método utilizado no custeio das saídas é o FIFO, independentemente da sua natureza.

#### **c) Valorização das unidades de participação**

O valor da unidade de participação é calculado mensalmente, com referência ao último dia de cada mês determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado através da dedução, à soma dos valores que o integram, do montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

#### **d) Comissão de gestão**

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do OIC. A Sociedade Gestora apura e imputa diariamente, uma comissão de gestão à taxa nominal 0,55% ao ano, calculado sobre o valor do património líquido do Fundo . Este custo é registado na rubrica “Comissões”, sendo o mesmo liquidado mensalmente até ao quarto dia útil.

**e) Comissão de depositário**

A comissão de depositário corresponde à remuneração do Banco Popular Portugal, S.A., pelo exercício dos seus serviços de banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é cobrada mensalmente até ao quinto dia útil e, por aplicação de uma taxa nominal fixa de 0,10% ao ano, calculado sobre o valor patrimonial líquido global do fundo. Este custo é registado na rubrica “Comissões”.

**f) Outros encargos**

Os custos de auditoria obrigatórios são pagos pelo Fundo, que suportará igualmente a taxa de supervisão à CMVM, liquidada mensal e postecipadamente, calculada sobre o valor líquido global do Fundo, correspondente ao último dia do mês.

**g) Impostos sobre o rendimento**

O Decreto-Lei n.º 7/2015 procedeu à reforma do regime de tributação dos OIC – Organismos de Investimento Colectivo.

À semelhança do regime de tributação aplicável às sociedades, sobre o lucro tributável apurado pelos OIC incide a taxa geral de IRC (actualmente 21%). Para efeitos de apuramento do lucro tributável, não são considerados os rendimentos de capitais, rendimentos prediais e mais-valias (exceto se provenientes de jurisdição sujeita a regime fiscal claramente mais favorável), assim como os gastos ligados àqueles rendimentos.

Os prejuízos fiscais apurados pelos OIC são reportáveis por 5 anos com o limite de 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Os OIC encontram-se isentos de derrama municipal e de derrama estadual, sendo-lhes no entanto aplicáveis as regras de tributação autónoma previstas no Código do IRC.

Com o novo regime, passa a incidir Imposto do Selo sobre o valor líquido global dos OIC, trimestralmente, à taxa de:

- 0,0025% - para os OIC que invistam, exclusivamente, em instrumentos do mercado monetário e depósitos;
- 0,0125% - para os outros OIC.

Os rendimentos resultantes da distribuição ou resgate são sujeitos a retenção na fonte, podendo esta não ser aplicada em função da natureza do participante ou da sua residência fiscal.

- Regime transitório

O regime de tributação dos OIC consagra um regime transitório.

As mais-valias e menos-valias de elementos patrimoniais adquiridos na vigência do regime anterior foram apuradas e tributadas de acordo com as regras do anterior regime, em que era tributada em 25% a diferença entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada ano, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado a 30 de Junho de 2015 e entregue o imposto através da Declaração Modelo 22 do ano em que os elementos patrimoniais sejam realizados. A diferença entre o valor de realização e o valor de mercado a 30 de Junho de 2015 é isenta de IRC.

#### NOTA 1 – SALDOS E MOVIMENTOS NAS CONTAS DE CAPITAL DO OIC

Quadro 1 – Número de unidades de participação emitidas, resgatadas e em circulação no 1º semestre de 2017. Valor líquido global do OIC e da unidade de participação no primeiro semestre de 2017, bem como dos factos geradores das variações ocorridas.

	No Início	Subscr.	Resgates	Dist. res.	Outros	Res. Per.	No Fim
Valor base	1 241 484	-	54 609	-	-	-	1 186 875
Diferença p/ Valor base	8 209	-	- 9 656	-	-	-	17 865
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	0
Resultados acumulados	- 257 928	-	-	-	20 078	-	- 237 850
Resultados do exercício	20 078	-	-	-	- 20 078	23 754	23 754
<b>Soma</b>	<b>1 011 843</b>	<b>0</b>	<b>44 953</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23 754</b>	<b>990 644</b>
Nº unidades participação	124 148	-	5 461				118 688
Valor unidade participação	8,1503	-	8,2318				8,3467

Quadro 2 – Número de participantes por escalão

ESCALÕES	Nº
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	2
2% ≤ UPs < 5%	15
0,5% ≤ UPs < 2%	33
UPs < 0,5%	32

Quadro 3 – Evolução do valor da unidade de participação, do valor global e do número de UP's em circulação do OIC desde o início da actividade.

Anos	VLGF	Valor da UP	Nº de U.Ps em Circulação
2017			
Março	1 007 155	8,1884	122 998
Junho	990 644	8,3467	118 688
2016			
Março	1 014 544	7,9453	127 691
Junho	968 142	7,7551	124 839
Setembro	999 645	8,0075	124 839
Dezembro	1 011 843	8,1503	124 148
2015			
Março	1 304 919	9,9770	130 793
Junho	1 269 793	9,8977	128 291
Setembro	1 090 324	8,4988	128 291
Dezembro	1 023 440	7,9837	128 191

### NOTA 3 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Soma
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>Merc. Cot. Oficiais de Bolsa Val. Port.</i>						
<b>- Títulos de Dívida Pública</b>	<b>295 918</b>	<b>17 688</b>	<b>0</b>	<b>313 606</b>	<b>2 245</b>	<b>315 851</b>
OT 3.85% 04/15/21	295 918	17 688	-	313 606	2 245	315 851
<i>Merc. Cot. Oficiais B.V. Estados Membros U.E.</i>						
<b>- Títulos de Dívida Pública</b>	<b>115 910</b>	<b>0</b>	<b>3 558</b>	<b>112 352</b>	<b>616</b>	<b>112 968</b>
BTPS 3 3/4 05/01/21	115 910	-	3 558	112 352	616	112 968
<b>- Obrigações diversas</b>	<b>617 750</b>	<b>5 909</b>	<b>97 030</b>	<b>526 629</b>	<b>12 977</b>	<b>539 606</b>
PORTEL 5,875 17/4/18	110 500	-	76 810	33 690	-	33 690
FIAT 6,75 14/10/19	170 438	-	1 871	168 567	7 185	175 752
ASTIM 7,125 01/12/20	137 813	-	8 674	129 139	717	129 856
TEREOS 4,25 04/03/20	99 000	5 909	-	104 909	1 374	106 283
COPASA 7 19/12/20	100 000	-	9 675	90 325	3 701	94 026
<b>Total</b>	<b>1 029 578</b>	<b>23 597</b>	<b>100 588</b>	<b>952 587</b>	<b>15 838</b>	<b>968 425</b>

**DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO OIC**

Contas	Saldo inicial	Saldo final
Depósitos à ordem	7 872	24 505
<b>Total</b>	<b>7 872</b>	<b>24 505</b>

**NOTA 4 – CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS**

Os critérios utilizados na valorização dos activos integrantes da carteira do Fundo encontram-se explicitados no capítulo “Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas” deste Anexo.

Durante o período não foram utilizados critérios diferentes dos previstos no prospecto do Fundo.

**NOTA 12 – EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO**

MATURIDADES	MONTANTE EM CARTEIRA (A)	EXTRA-PATRIMONIAIS (B)				SALDO (A)+/(B)
		FRA	SWAPS(IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 anos	33 690	-	-	-	-	33 690
de 1 a 3 anos	273 476	-	-	-	-	273 476
de 3 a 5 anos	645 420	-	-	-	-	645 420

**NOTA 15 – INDICAÇÃO DOS CUSTOS IMPUTADOS AO OIC NO PERÍODO**

<b>Custos</b>	<b>Valor</b>	<b>% VLG<sup>(1)</sup></b>
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	2 745	0,2727%
<i>Componente Variável</i>	-	-
Comissão de Depósito	499	0,0496%
Taxa de Supervisão	1 200	0,1192%
Custos de Auditoria	1 282	0,1275%
Outros Custos	-	-
<b>Total</b>	<b>5 726</b>	
<b>Taxa Global de Custos(TGC)</b>		<b>0,5689%</b>

(1) Média relativa ao período de referência

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Popular Objectivo Rendimento 2021 - Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Obrigações** (adiante também designado simplesmente por Fundo), gerido pela sociedade gestora Popular Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA, (adiante também designada simplesmente por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 992 930 euros e um total de capital do fundo de 990 644 euros, incluindo um resultado líquido de 23 754 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Popular Objectivo Rendimento 2021 - Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Obrigações em 30 de junho de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Incerteza material relacionada com a continuidade

O valor líquido global do fundo (VLGF) a 30 de junho de 2017 ascende a 990 644 euros (31 de dezembro de 2016: 1 011 843 euros), sendo assim inferior ao limite mínimo estabelecido na alínea b) do nº 1 do artigo 16º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo. Conforme divulgado no Relatório de Gestão, a Entidade Gestora poderá proceder à liquidação do Fundo antes do prazo previsto nos seus documentos constitutivos, estando-se a aguardar a evolução do processo de reestruturação de uma entidade emitente de obrigações detidas pelo Fundo, de modo a que se possa apurar um VLGF superior. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
<b>1. Valorização dos ativos mobiliários</b>	
A carteira de títulos corresponde a cerca de 96% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações e a validação das metodologias de valorização constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das Divulgações.	Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações oficiais.
<b>2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares</b>	
A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.	Analisámos os procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculámos os limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/ autorização da CMVM em caso de incumprimento.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2015 a 2018.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 25 de agosto de 2017.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.

(v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 30 de agosto de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Pedro Aleixo Dias'.

---

Pedro Aleixo Dias, em representação de  
BDO & Associados - SROC  
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)